

OS EXPROPRIADOS DA TERRA PELA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU (PESC) NO SUL DA BAHIA E O ASSENTAMENTO NOVA VIDA

Deyna Hulda Arêas Guanaes¹

Sofia Campiolo²

Elis Cristina Fiamengue³

Jade Silva dos Santos⁴

Joanison Vicente dos Santos Teixeira⁵

INTRODUÇÃO

O PESC- Parque Estadual da Serra do Conduru está localizado no Sul da Bahia, na região conhecida como Costa do Cacau entre os municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. O parque foi criado por meio do Decreto Estadual sob nº 6.227, de 21 de Fevereiro de 1997, uma área estimada em 7.000 ha, posteriormente ampliada para 9.275 hectares, através do Decreto de ampliação nº 8.702, de 04 de Novembro de 2003. Essa Unidade de Conservação (UC) foi criada em função da construção da BA 001, como medida compensatória pelos impactos ambientais causados pela estrada.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o PESC assim como as demais UCs dessa categoria, prevê a retirada das pessoas da área destinada à preservação ambiental (SNUC, 2000). Um problema comum à criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Brasil é a questão das desapropriações e conflitos gerados a partir dessas ações compulsórias (CALVIMONTE & FERREIRA, 2016; BARRETO, 2015). Famílias inteiras muitas vezes são retiradas do seu lugar de origem, algumas vezes sem receber valores adequados e expostas a uma nova realidade, dando início a uma série de disputas e conflitos.

Ocorre que as Unidades de Conservação no Brasil foram criadas com base nos padrões americanos e seguindo a mesma lógica do mito da natureza intocada, que supõe a incompatibilidade de conservar a natureza diante da presença humana, que dentro desta visão é sempre uma presença destruidora (ADAMS & HUTTON, 2007; DIEGUES, 2001). Trata-se de uma visão que separa natureza/natural do humano/social, criando uma dicotomia entre homem e natureza (ADAMS & HUTTON, 2007; DIEGUES, 2001). Partindo desse pressuposto, a retirada compulsória de pessoas se tornou um caminho para criação de algumas categorias de Unidades de Conservação.

Esse tipo de ação autoritária além de ser potencialmente geradora de conflitos, contribui para perda de um importante arsenal de conhecimentos tradicionais, que

1 Bióloga. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Egressa Programa de Doutorado em Desenvolvimento e meio Ambiente (Prodema). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

2 Agrônoma. Doutora em Ciências Biológicas (Zoologia). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

3 Socióloga. Mestre e Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

4 Bióloga. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Egressa Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e meio Ambiente (Prodema). Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

5 Biólogo. Mestre. Egresso do Programa de Pós Graduação em Zoologia. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

poderiam ser úteis ao próprio manejo dos recursos naturais e para manutenção da diversidade cultural (DIEGUES, 2001).

Quase sempre preocupados com os impactos que as comunidades podem causar ao meio ambiente, as autoridades não levam em conta os impactos sociais da criação de áreas protegidas na vida dos moradores locais, bem como, parecem ignorar a importância dessas pessoas para que estas áreas ainda sejam lugares considerados biologicamente importantes. Segundo Adams e Hutton (2007), os maiores impactos sociais das Áreas Protegidas no mundo, estão diretamente relacionados com o deslocamento das populações. Estes deslocamentos produzem impactos diretos ao modo de vida e conseqüentemente nos meios de subsistência (RANGARAJAN & GHAZALA, 2006; MCELWEE, 2006; SCHMIDT-SOLTAU, 2003), o que inclui a perda das terras, falta de abrigo, desemprego, marginalização econômica, insegurança alimentar, aumento da morbidade e mortalidade (CERNEA, 1997).

Sendo o PESC uma UC de Proteção Integral, as desapropriações e a retirada de pessoas da área fazem parte do processo de regularização fundiária, na tentativa de manter a reserva sem a presença humana em seu interior. Sendo assim, o Governo do Estado da Bahia ficou responsável pelas desapropriações na área e pelo pagamento das indenizações aos posseiros e proprietários do local.

Contudo, como o PESC foi criado três anos antes da homologação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que regulamenta essas áreas e exige consulta pública anterior ao decreto de criação, não houve audiência pública, que promovesse melhor envolvimento das comunidades locais no processo de implementação do parque.

Além disso, a morosidade do Estado tem prolongado as desapropriações e até hoje a regularização fundiária da poligonal não é completa (BARRETO, 2015). São vinte anos de um processo lento e cheio de desdobramentos, que precisam ser contados sob a ótica dos atores sociais envolvidos e afetados pelo processo.

Sem dúvida um dos desdobramentos mais importantes desse processo foi a criação de um assentamento rural para realocação de parte dos posseiros que tiveram suas terras desapropriadas, conhecido como Programa de Assentamento Nova Vida. Sendo. Criado em 2006, o PA Nova Vida foi uma conquista de parte dos posseiros do PESC, que criaram e se mantiveram em sistema de associação mesmo desapropriações.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo entender o processo de constituição do PA Nova Vida e como ele atingiu a vida das comunidades diretamente atingidas por essa mudança.

METODOLOGIA

Na tentativa de ouvir a voz dos moradores locais, buscamos extrair suas memórias da época da criação do PESC, por meio de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas semi-estruturadas são protocolos, nos quais o pesquisador possui um roteiro de perguntas previamente preparadas, mas tem a liberdade de perguntar outras perguntas, caso surjam outras questões que ajudem a elucidar a pergunta da sua pesquisa (SELLTIZ, 1987).

Para direcionar nossas entrevistas utilizamos a Metodologia de História Oral. Sendo esta, uma metodologia definida como primorosa e com objetivo de usar as narrativas como fontes do conhecimento, sobretudo como fonte do saber (DELGADO, 2003).

Dentro da Metodologia de História Oral, optamos por utilizar a Metodologia História Oral Temática, que são narrativas que contam a participação do

entrevistado em uma determinada temática (ALBERTI, 2005), neste, estudo a temática de criação do PESC.

A opção pela metodologia se deu pelo nosso objetivo de ouvir a voz dos atores sociais diretamente atingidos pela criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na região. As fontes orais possibilitam trazer à história como sujeitos e/ou testemunhos, aquelas pessoas que de alguma forma foram colocadas no anonimato, sem direito à memória (SILVEIRA, 2007).

As entrevistas foram realizadas no período entre julho a setembro de 2017. Entretanto, como forma de estrutura a pesquisa, anteriormente fizemos visitas às comunidades do entorno, participamos de reuniões do Conselho Gestor do PESC, conversamos com gestores, com moradores da região que conhecem a história da criação da unidade, além de um período onde visitamos e conversamos informalmente com os próprios participantes da pesquisa, na perspectiva de entender quem eram os atores sociais da história do PESC e nos aproximar deles.

Atualmente vivem no PA Nova vida 22 famílias advindas do PESC, para este trabalho, entrevistamos 18 pessoas. Nesse caso, entrevistamos todos os posseiros diretamente ligados aos casos de desapropriações do PESC, encontrados na localidade durante o período de entrevistas.

Análises de dados

Análises Qualitativas

As entrevistas foram analisadas conforme o conteúdo das memórias e das representações sociais e os temas que elas trouxeram à tona, seguindo as bases teóricas de cada um destes temas.

Segundo Le Goff (2003), a memória é a capacidade que temos de conservar algumas informações e esta capacidade está ligada ao conjunto de funções psíquicas, que permite ao indivíduo atualizar as impressões passadas ou mesmo reinterpretadas como passadas.

No que diz respeito às Representações sociais, para Jovchelovitch (1998) estas estão diretamente ligadas à produção de saberes sociais, aos saberes produzidos no cotidiano, que fazem parte do mundo vivido. Trata-se de um conceito que se refere ao entendimento da consciência da visão do mundo que as pessoas sustentam a partir da vivência e do contexto dela (MINAYO, 2000).

Análises Quantitativas

O perfil socioeconômico dos entrevistados foi traçado usando os Excel 2007 e o conteúdo das memórias foram analisados com o uso do *software* IRAMUTEQ 0.7 alpha 2 (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire), elaborado por Ratinaud (2009).

As análises são feitas por um conjunto de textos selecionados pelo pesquisador que vão constituir um corpus que se pretende analisar. O corpus por sua vez vai originar os segmentos de textos, que são considerados o ambiente das palavras (CAMARGO & JUSTOS, 2013).

Entre as análises geradas pelo IRAMUTEQ, optamos pela Análise de Similitude, que identifica a coocorrência de palavras e estabelece conectividade entre elas. (MARCHAND; RATINAUD, 2012).

Esta análise é feita a partir da construção de grafos pelo software e tem por objetivo fazer uma organização relacional e identificar agrupamentos num dado conjunto de dados (PEREIRA 1997). “Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e

seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação” (CAMARGO & JUSTOS, 2013,p. 6).

Para isso, o *software* faz dois tipos de relações, a primeira de semelhanças mais significativas e que possibilita a identificação de uma estrutura subjacente e a segunda permite a identificação de maior densidade das relações de semelhança dentro dos grafos (PEREIRA, 1997).

A técnica de operacionalização escolhida para o estudo foi a Árvore Máxima de Similitude, também chamada de Grafo Conexo. Importante entender que a Árvore Máxima de Similitude faz o cruzamento entre todos os termos da representação, os quais mantêm algum tipo de relação entre si e que esta análise está relacionada com a ligação vigente entre os agrupamentos máximos construídos apoiados na classificação ascendente hierárquica (classificação capaz de identificar o conjunto de níveis e conjuntos de famílias de dados por índice de semelhança), com agrupamentos máximos ligados para dar coerência à análise (PEREIRA, 1997; FLAMENT, 1986).

A HISTÓRIA DO PROGRAMA DE ASSENTAMENTO NOVA VIDA PELAS VOZES DOS EXPROPRIADOS DA TERRA DO PESCA

A criação do Programa de Assentamento Nova Vida.

Com o decreto de criação do PESCA em 1997 os posseiros da área foram avisados que deveriam suspender as atividades agrícolas, não podendo assim, fazer novos plantios, abrir novas roças e efetivamente estavam proibidos de caçar, retirar madeira ou qualquer outro extrativismo nas matas e nas próprias terras. Depois de anos de negociações sem sucesso, alguns moradores abandonaram suas terras, outros se mantiveram no local resistindo à situação precária em que ficaram submetidos, devido às imposições e proibições de cultivo e manejo das terras.

Diante disto, viveram anos de muitas dificuldades, desistências e tentativas de negociação com os órgãos competentes. Entretanto, somente no ano de 2006, por meio da Associação dos Produtores Rurais de Tesouras e Serra Azul, tiveram a oportunidade de negociar uma nova saída para o caso das famílias que tiveram que vender suas terras ao Estado.

Segundo os entrevistados, em 2005 durante uma reunião, com representantes das ONGs locais, políticos da região, representantes da gestão do parque e com o INCRA, houve uma oferta do INCRA e de uma ONG de um resort instalado na região por nome Txai. Ambos ofereceram aos membros da associação terras para criação de um assentamento. Depois de refletir sobre as propostas, os moradores acharam por bem aceitar a oferta do INCRA, por entender que por meio do órgão, seria mais fácil acessar políticas públicas, uma vez que a ONG oferecera somente as terras e não incluiu a construção de moradias. Isso tudo depois do fortalecimento da associação e de intervenções de políticos e ONGs locais,

Em 2006, o INCRA destinou aos membros da associação, as terras de uma fazenda de cacau que seria desapropriada para fins de reforma agrária, conhecida como Vale Negro e criou-se então o Programa de Assentamento Nova Vida, onde os moradores de Tesouras e da Serra Azul foram morar neste ano. A partir daí criou-se a Associação do Programa de Assentamento Nova Vida.

Quando as terras foram liberadas, os beneficiários ocuparam as antigas barcaças e pequenas casas que já existiam no local, até que o INCRA construísse casas para as famílias assentadas naquela fazenda. Todas as divisões foram feitas por sorteios e acordos estabelecidos pelos próprios moradores. Até a construção das casas, os moradores passaram cinco anos vivendo nessa situação.

Atualmente os PA Nova Vida vivem 44 famílias, 22 famílias oriundas da área do PESC, vindas das regiões de Tesouras e Serra Azul e outras 22 que entraram no programa por decisão do INCRA, mas que não moravam na área do PESC.

A estrutura física do PA Nova Vida conta com a sede da associação de assentados do programa, uma escola multi-seriada de Ensino Fundamental I, um igreja evangélica (Figura 9), mas não há nenhum tipo de comércio, posto de saúde ou outro atendimento médico no local. Não possuem energia elétrica, nem pavimentação na estrada de acesso. A comunidade está localizada a 23 km da entrada para a BA 001, a cerca de 13 km da entrada do PESC e as vias de acesso são de terra e de difícil acesso em tempos chuvosos.



Figura 1: Sede da Igreja do PA Nova Vida. **Foto:** Autoral

Atualmente todas as 44 casas são de alvenaria, com dois quartos, banheiro com água encanada e fossa, cobertas com telhas e sem forros (figura 2). Cada casa tem seu quintal e uma área onde os moradores cultivam pequenas roças de mandioca, frutíferas e fazem hortas.

O PA Nova Vida tem seus lotes com relativa proximidade uns dos outros, se assemelhando com uma pequena vila (Figura 12).



Figura 2: Exemplo da casa padrão construída pelo INCRA no PA Nova Vida. **Foto:** Autoral

A vida antes do PESC, pela visão dos novos assentados.

Ao chegarem no PA Nova Vida os novos assentados encontraram a terra dividida em 44 lotes, sendo que destes, 41 foram destinados a famílias oriundas do PESC mais precisamente de duas regiões conhecidas como Região das Tesouras e Região de Serra

Azul. Os novos moradores ao chegar à área dividiram cada lote, deixando um área para casa e quintal, mais uma roça de cacau e uma área de capoeira. A maior parte desses lotes foram passados para antigos moradores do PESC e os demais foram distribuídos pelo INCRA, para antigos trabalhadores da fazenda original, para outras famílias da região que estavam no processo de luta pela terra. Hoje o PA Nova Vida conta com 22 famílias que vieram do PESC e ainda se mantém como assentados no local.

Analizamos as respostas dos antigos moradores do PESC, hoje moradores do Programa de Assentamento Nova Vida para entender como era a vida dessas pessoas antes do decreto de criação da unidade de conservação de proteção integral na região. A Análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), feita no IRAMUTEQ gerou a partir dos 18 textos, 41 segmentos de texto, com 395 formas totais, destas 244 formas ativas, distribuídas em sete classes. Sendo que 34 dos 41 segmentos de textos foram aproveitados na análise feita pelo *software*, sendo assim, houve um aproveitamento de 82.93% dos segmentos de textos. Por meio da Análise de Similitude gerada no IRAMUTEQ, obtivemos a árvore máxima de similitude abaixo:

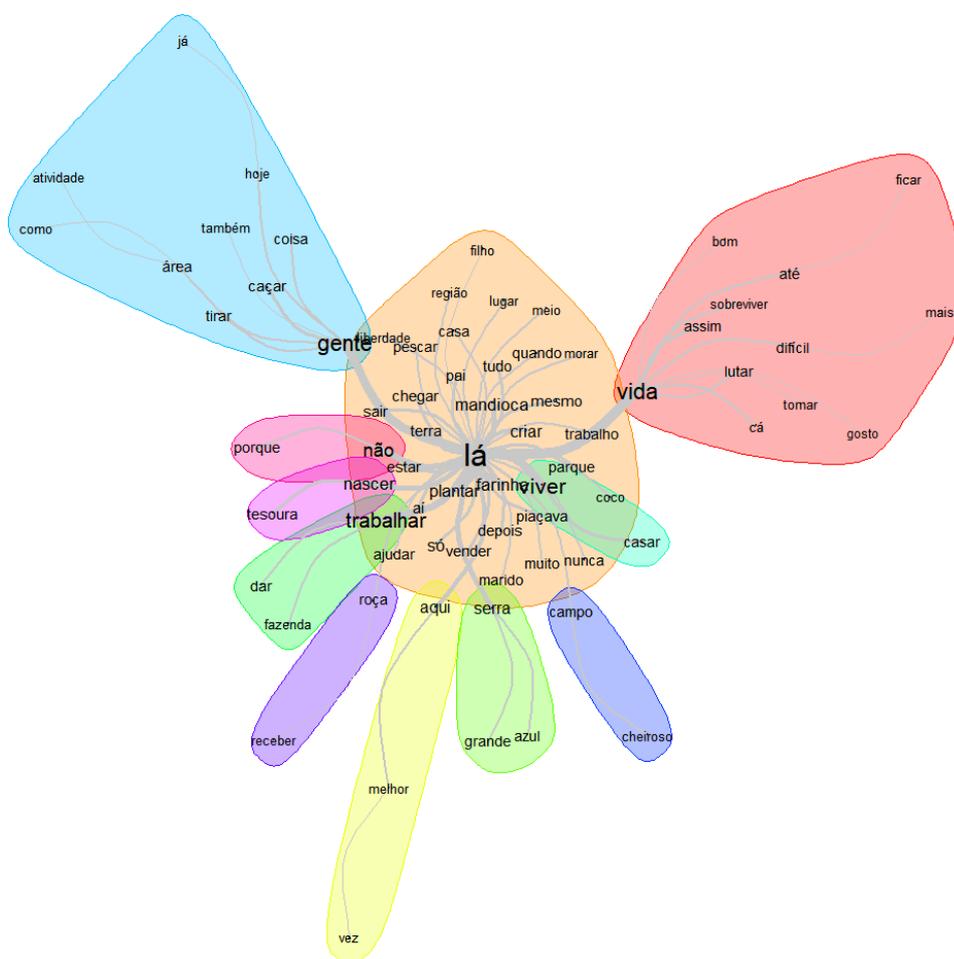


Figura 3: Árvore das Representações Sociais Relative à Vida Antes da Chegada do PESC – PA Nova Vida. Dados gerados pelo IRAMUTEQ.

A palavra “lá” foi a palavra com maior nível de significância na análise. Esta expressão teve uma frequência de 70, quer dizer, foi falada 70 vezes pelos entrevistados ao contar sua vida antes da chegada do PESC.

Quando os entrevistados usaram a expressão “lá” em resposta à pergunta, eles estão se referindo às áreas onde viviam e que foram desapropriadas em função da criação do PESC. Portanto, estão se referindo as suas antigas terras que hoje fazem parte da polinogal do parque e dessa forma, suas antigas terras estão no centro das da principal ilha lexical , que dá origem a todas as outras.

Quando observamos as demais palavras da mesma ilha lexical da palavra central “lá”, podemos observar que são palavras ligadas ao modo vida anterior e a importância daquele lugar para eles. Palavras como “nascer” “criar”, “pai”, “viver”, “plantar”, “liberdade”, “mandioca”, “piaçava”, “casa”, “trabalho” e “terra”, nos mostra que apesar de não estarem mais na área onde nasceram, os entrevistados mantêm laços afetivos com suas origens, como seu modo de vida anterior e a sua identidade. Dentro desse contexto, devemos entender identidade como construção histórica e relacional, que por sua vez é formada por elementos tanto do âmbito materiais, quanto simbólicos (HAESBAERT, 1999).

Os moradores da região construíram suas identidades, como pequenos agricultores que cultivavam mandioca e faziam farinha como fonte de renda, numa terra de solos pobres, onde algumas poucas culturas agrícolas eram favoráveis às condições locais, tais como feijão, milho e algumas frutíferas e devido às condições locais as atividades eram fortemente extrativistas de piaçava, coco, palmito e madeira. Usavam a caça como importante fonte de proteína, bem como pesca artesanal nos rios da região.

O modo de vida no assentamento inclui novas regras, pactos e acordos, que agora são decididos em associação e não incluem muitas das atividades desenvolvidas anteriormente pelos entrevistados, certamente as mudanças e o novo modo de viver influenciaram no sentimento de distanciamento ao se referirem às suas antigas terras.

Ainda na ilha central uma palavra chama a atenção, a palavra “liberdade” que aparece nos discursos de muitos moradores quando se referem à suas regiões de origem. Como observamos nas falas dos entrevistados: “*Lá a gente tinha a liberdade de fazer tudo. Caçava, pescava, tirava madeira, piaçava.*” (Entrevistado-9): “*Eu adorava a liberdade de lá. A vida era difícil, mas era livre!*” (Entrevistado-18) e o (Entrevistado-10): “*Lá era assim: Vamos dar uma caçada? Vamos. Ai a gente caçava. A gente tirava um palmito, a gente serrava, só nunca vendendo madeira em tora, mas tirava estaca.*”*Entrevistado -10.*

Essas falas quando se referem à perda da liberdade reforçam a questão da mudança no modo de vida e da perda cultural dessas pessoas, no que diz respeito às atividades, as quais foram habituadas a realizar para sobreviver.

Segundo Sauthier (2008) a liberdade é a primeira aspiração do homem no contexto geográfico e humano. No dicionário liberdade está definida como: “Liberdade é a condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo. Autodeterminação. Independência. Autonomia.” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1991.p, 119).

Para Hobbes, 1983:

Por liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que seu julgamento e razão lhe ditarem. (HOBBS, 1983, p.78).

Quando os moradores do PA Nova Vida dizem que nas suas antigas propriedades tinham liberdade de caçar, de pescar, tirar madeira e extrair piaçava ou outras coisas da mata, estão falando também da autonomia de decidir como usar os recursos naturais em seus territórios, já que morando no assentamento as regras são definidas em associação.

As atividades de caça e retirada de madeira, já eram proibidas quando o decreto do PESC entrou em vigor, entretanto com a presença do Estado no local mudou a maneira como as pessoas lidam com as proibições.

Se por um lado de modo geral a conquista de terras em um assentamento representa a liberdade para um trabalhador rural sem terra, tendo em vista que saem da condição de explorados para a condição e agricultores com terra, para os moradores do PA Nova Vida, a liberdade estava nos seus territórios de origem, do lugar onde nasceram, viveram e construíram suas identidades.

Neste caso existe uma diferença fundamental entre os casos, pois se para alguns o assentamento representa um modo de vida livre, para as pessoas que tinham suas terras, seu modo de vida e seus laços afetivos com seus territórios de origem, a vida em assentamento, seguindo modelos e regras de associação, representa a perda de um dos seus direitos fundamentais, o direito à liberdade.

Na principal ilha lexical onde o “lá” é palavra central, temos outras palavras que explicam bem como era a vida no local. As palavras “trabalhar” “viver”, “trabalho”, “plantar”, “mandioca”, “farinha”, indicam a principal atividade agrícola da maioria dos entrevistados, pois estes trabalhavam com produção mandioca para consumo e venda e para a produção de farinha. A cultura de mandioca era comum tanto para os moradores das Tesouras, como para os da Serra Azul, entretanto, nas Tesouras a atividade era mais forte, por haver mais moradores no local e por haver uma casa de farinha, onde os moradores dividiam socialmente o uso da mesma. Como fica claro nas falas dos entrevistados: (Entrevistado-4): “*Nós vivia de plantar mandioca, fazia farinha, pai fazia a farinha e lavava lá pra Serra Grande e vendia farinha era o que a gente vivia lá assim.*”. (Entrevistado-5): “*A vida nossa lá era lutar com mandioca. Fazia farinha, fazia tapioca, vendia na Serra Grande.*” (Entrevistado-17): “*Lá a gente era mais extrativista, mas plantava mandioca e fazia farinha. Vendia mandioca e farinha.*”.

Na mesma ilha lexical aparecem também as palavras, “piaçava” e “coco”, pois naquela época muitos moradores da região eram basicamente extrativistas de piaçava, coco e madeira para estaca. A palavra “madeira” apesar de estar presente no discurso de alguns, não aparece na árvore gerada pelo *software*. Talvez isso se dê pela questão legal que envolve a atividade de extração de madeira em florestas.

A baixa qualidade do solo e o relevo acidentado da região, que resultou numa baixa produtividade agrícola e favoreceram assim a expansão da cultura extrativista na região. Apesar do extrativismo, esses fatores também colaboraram para a manutenção de áreas de florestas mais conservadas, pois houve menos desmatamento para plantios e pastos de grande porte, como dizem os entrevistados: “A gente não tinha de que sobreviver da terra, era uma terra muito areada, dava alguma coisa, mas pouco e só tinha a piaçava.” (ENTREVISTADO-3). “Eu trabalhava também com piaçava aquele que faz vassoura. A gente tirava as fibra, juntava tudo e vendia pra o pessoal de fora, mas as vassouras a gente fazia só pra casa mesmo.” (ENTREVISTADO-7).

A baixa produtividade agrícola das roças dificultava também a garantia de renda e as condições de sobrevivência nas terras, fato que levou muitas vezes os moradores a trabalhar nas fazendas próximas e de maior porte para garantir a sobrevivência das famílias. Como nos disse os entrevistados: “Na minha roça não dava pra sobreviver. Eu vivia lá com minha outra família, trabalhava nas roças do outros e plantava minhas mandioca.” (ENTREVISTADO-13). “A vida da gente lá era complicada porque a gente não tinha como sobreviver da terra, a gente tinha área, mas era pequena e não tinha como sobreviver dela, aí vivia trabalhando para os outros.” (ENTREVISTADO-16).

Ainda na ilha lexical central estão as palavras "nascer", "criar", "casar", "casa", "marido", "filho", "pai", onde os moradores fazem alusão ao fato da maioria ter nascido, se criado e constituído família naquelas terras que um dia foram de seus pais.

Ainda ligada à ilha central existe a palavra "criar" que se ramifica e dela saem dois ramos do verbo "nascer", que dão origem à duas pequenas ilhas, "Tesoura" e "Campo Cheiroso", os quais representam os locais de nascimento e onde foram criados a maioria dos entrevistados. Dos 18 entrevistados nos PA Nova Vida, 13 são remanescentes das Tesouras e 5 do Campo Cheiroso (Serra Azul), região como consta na (tabela 1). O Campo Cheiroso é uma região vizinha à Serra Azul, onde pela explicação dos entrevistados, concluímos que são muito próximas as áreas e eles viviam entre um lugar e outro, pois as alguns parte da terra estava inserida em no Campo Cheiroso e a outra na Serra Azul.

Outra pequena Ilha com origem na ilha central é a que tem como base a palavra "Serra" na ainda na ilha central, dando origem às palavras "Azul" e "Grande". Como falamos Serra Azul o local da terra de cinco dos moradores do assentamento e Serra Grande o distrito mais próximo das duas comunidades, tanto das Tesouras como da Serra Azul, onde parte dos moradores escoavam seus produtos agrícolas para vender na feira local.

Do lado esquerdo superior da árvore encontramos a ilha lexical azul, tendo como termo central a palavra "gente" 31 vezes. Essa expressão tem origem na expressão "a gente", que denota a visão de grupo em que as pessoas do local demonstram ao se referir ao passado e ao presente. Definem-se como um grupo, uma comunidade, tanto no passado quando ainda viviam na área do PESC, como hoje no assentamento. Mesmo que estivessem falando da vida pessoal e de si como indivíduo, logo surgia a ideia de grupo, como observamos nos discursos Entrevistado-7: "*Em Itacaré eu vendia aipim, banana abacaxi, tudo que aparecia a gente plantava.*". Entrevistado-8: "*As vezes eu trabalhava para os outros, mas depois do parque a gente foi privado de trabalhar e de jeito nenhum e ficamos vivendo naquela pobreza miserável a vida ali não ficou graça não.*".

Ligadas à palavra "gente" aparecem as palavras "coisa" "tirar" "caçar" "área" "atividade", essa palavras surgem a partir dos relatos sobre as atividades que faziam no passado, especialmente a caça: "*Eu plantava um pezinho de mandioca, mas a vida da gente lá era caçar.*" (Entrevistado-10). "*Lá nós tinha toda ousadia da gente pescar, caçar.*" Entrevistado-15. "*Nossas atividade lá era agrícola, A gente trabalhava na área, plantava milho, mandioca e era extrativista também.*" (Entrevistado-17).

Por meio da relação com os territórios, do modo de vida dessas comunidades e pelo fato de se encontrarem diante de um mesmo problema, esses grupos desenvolveram uma identidade coletiva. Tendo em conta, que a relação com o território e as atividades desenvolvidas por comunidades rurais favorecem essa construção de identidade de grupo, e esta relação cria e informa o seu direito a terra (BOMBARDI, 2004), entendemos que a identidade coletiva construída nos anos em que viveram na mesma região e desenvolvendo as mesmas atividades, contribui na construção da identidade do grupo.

Para Corá (2013):

As identidades individuais e sociais são importantes para a construção de relações de vínculos que justifiquem a construção de grupos que permitam sentimentos de interação e reconhecimento social. (CORÁ, 2013, p. 121).

Dessa forma, quando em seus discursos os entrevistados trazem essa referência de unicidade de grupo, entendemos que fazer parte de um grupo de alguma forma favorece

reconhecimento social, assim como, é uma estratégia que oferece suporte para enfrentar a vida.

Voltando à árvore de máxima similitude, observamos no canto superior direito a ilha lexical central outro agrupamento de palavras ramificadas à partir da palavra “vida”. Dela surgem as palavras, “sobreviver”, “lutar”, “difícil”. Estas expressões são usadas, quando os entrevistados falam sobre o tipo de vida que levavam no seu território de origem, sobretudo da dificuldade de sobreviver da terra na região onde o solo era arenoso e da necessidade de trabalhar em outras atividades, inclusive em fazendas maiores da região. *A vida lá era muito difícil! A gente não tinha de que sobreviver da terra, era uma terra muito areada, dava alguma coisa, mas pouco e só tinha a piaçava.*” (Entrevistado-3). *“Na minha roça não dava pra sobreviver. Eu vivia lá com minha outra família, trabalhava nas roças do outros e plantava minhas mandioca.”* (Entrevistado-13). *“Nasci nas Tesouras, morei lá a vida inteira. A vida da gente lá era complicada porque a gente não tinha como sobreviver da terra, aí vivia trabalhando para os outros.”* (ENTREVISTADO-16).

Sendo assim, os entrevistados consideram suas vidas antes da chegada do PESC, uma vida difícil e cheia de lutas, contudo, afirmam que depois da chegada da unidade na região, a vida se tornou ainda mais difícil.

De forma geral, os moradores consideram a vida difícil na região das suas antigas propriedades, por conta da dificuldade de lidar com o solo da região, mas também se referem à vida anterior com sentimentos bons e com falta de algumas da liberdade que tinham. (Entrevistado-6): *“A vida lá era difícil, mas eu sinto falta de lá. Sinto falta do jeito que a gente vivia lá!”* Entrevistado-6. “Já dificuldade de adaptação fica clara em discursos como do Entrevistado-14: *“Eu gostava de lá porque eu gosto de viver minha vida assim lá solto no lugar pra não tá no meio do bolo. Eu fui criado assim. Gosto de viver lá na capoeira, eu gosto de viver lá.”* .

Apesar de fazerem parte de um grupo e buscar fortalecimento por meio dele, os antigos posseiros, que hoje moram no assentamento, sentem falta da liberdade e do poder de decisão individual que tinham em suas terras, seja na Serra Azul, seja nas Tesouras. Pois acreditam que apesar das dificuldades enfrentadas, eles não precisavam acatar decisões tomadas em assembléias de associação.

Importante entender que os posseiros realocados da Serra Azul e das Tesouras para o Programa de Assentamento Nova Vida, não eram membros de movimentos de luta pela terra, mas agricultores familiares individuais, que algumas dividiam atividades, material de trabalho, maquinários e áreas, mas não viviam em associação, até a chegada do parque na região.

Trata-se de pessoas que tinham suas terras e viviam livres para tomar suas decisões e que a partir da criação do PESC, precisaram se unir em associação e que hoje vivem neste regime, porém não construíram sua identidade inicialmente na luta pela terra, não conquistaram as terras do assentamento por meio de movimentos sociais, mas pelo próprio fortalecimento do grupo e pelo apoio de forças políticas e instituições, locais, regionais e federais. Sendo assim, até hoje encontram sérias dificuldades de adaptação ao modo de vida em associação.

É importante salientar que ao perderam suas terras para o parque, essas pessoas perderam seu modo de vida, suas práticas e acima de tudo a sua liberdade. Quando as pessoas passam por processos de migração de certa forma ela rompe parte da sua ligação com o meio ambiente, muitas vezes deixando de lado suas práticas culturais, seu modo de vida, parte importante dos seus conhecimentos e da sua interação com a natureza (WHITAKER & BEZZON, 2006).

O que aconteceu com a mudança dos antigos posseiros do PESC para o assentamento vai além das perdas culturais e da necessidade de adaptação ao novo modo de vida, pois perpassa pela questão do sentimento de perda da liberdade.

A notícia da chegada do PESC e os sentimentos dos moradores locais.

O ano era 1997 e até então aquelas pessoas viviam na região dentro da normalidade de suas vidas de agricultores familiares e/ou extrativistas, até receberem a notícia do Decreto Estadual sob nº 6.227/97, que disponibilizou suas terras para fins de desapropriação.

Para entender como os posseiros ficaram sabendo que suas terras estavam destinadas a serem desapropriadas pelo decreto do parque e o que elas sentiram, fizemos essas perguntas durante as entrevistas.

Dos 18 textos, o IRAMUTEQ gerou 72 segmentos, distribuídos em quatro classes, 598 formas, desta, 314 foram formas ativas, 52 dos 72 segmentos classificados, sendo assim com um percentual de igual a 72,22% de aproveitamento dos textos analisados.

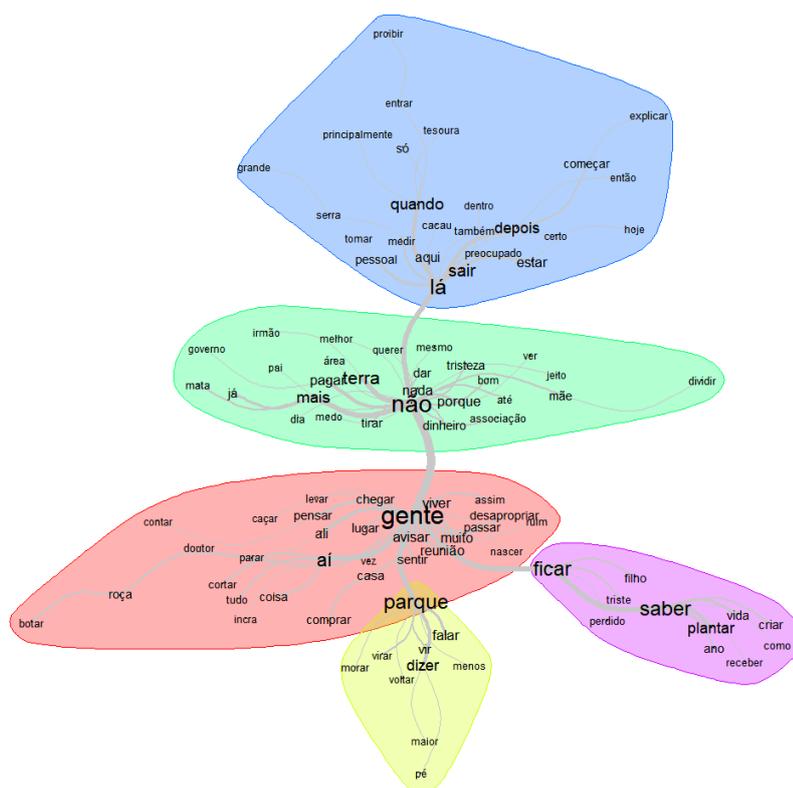


Figura 4: Árvore das Representações dos Sentimentos Diante da Notícia das Desapropriações- PA Nova Vida. Dados gerados pelo IRAMUTEQ.

Tendo em vista a Árvore de Máxima Similitude gerada pelo IRAMUTEQ a partir das duas questões feitas aos moradores, observamos que a expressão “não” falada 69 vezes pelos entrevistados, foi a que teve maior significância, seguida por, “gente”, que apareceu 68 vezes “lá”, com 48 ocorrências e de “parque” e “saber” com 36 ocorrências cada, por fim o verbo “ficar” sendo falado 33 vezes pelos entrevistados.

Cada uma dessas palavras acima gerou uma ilha lexical, e a começar pela ilha central, notamos que o uso freqüente da expressão “não” esta ligado a vários eventos relacionados à chegada do PESC, mas principalmente às restrições legais que vieram com ele e aos pagamentos pelas desapropriações das terras. (Entrevistado-11): *“Pensei que o dinheiro desse pra pelo menos comprar uma casa. Disseram pra não plantar mais nada, não tirar mais nada da mata.”* (Entrevistado-14): *“Eles foram lá falaram com a gente que ia desapropriar a gente, porque o parque já tinha esse projeto já antes e que não era mais pra plantar nada, nem mexer na mata.”* (Entrevistado-10): *“Quando esse povo avisou que nós não podia mais plantar, nós ficou 8 anos sem plantar, só colhendo as mandioca que já tinha plantado”*. Proibidos de manter o cultivo da terra desde a notícia da criação do parque o “não” aparece como negação desses e de outros direitos e/ou modo de vida.

Na mesma ilha lexical ainda encontramos a palavra “nada”, que no discurso dos moradores reforça a relação construída na negação e nas proibições. (Entrevistado-2): *“Avisaram desde o começo que não podia mais mexer na terra, mais plantar, nem pegar nada da mata.”*

Ainda na mesma ilha do “não” ainda estão as palavras “terra”, “irmão”, “mãe”, “dinheiro”, mais uma vez aparecem as referências à família e ao território, à família de certo pelos vínculos familiares e as histórias das desapropriações dessas famílias.

Quando se referem a “dinheiro”, “governo”, “pagar”, os entrevistados estão falando dos valores pagos pelas terras e quando usam o verbo “dividir” os moradores estavam se referindo à partilha que os pais fizeram com os valores recebidos do Estado. (Entrevistado-8): *“Aí a gente plantava pra viver e até pra receber um pouco mais. Quando veio parque, nós teve que dividir tudo e sair.”* (Entrevistados-16): *“Porque a gente mesmo não pegou dinheiro em mão, foi passada da parte de mãe, que ela dividiu pra cada qual um pouquinho do dinheiro dela.”* (Entrevistado-7): *“Lá era uma terra que a gente não tinha o título, foi a gente que abriu e cada um ficou em sua área, dividiu.”*

Para Calvimontes e Ferreira (2016), desde que as Unidades de Conservação de Proteção Integral foram criadas no Brasil, comunidades de agricultores, pescadores e extrativistas das diversas regiões do país sofreram com deslegitimação da sua profissão e com a ameaça no seu modo de vida. Exatamente como aconteceu com o caso do PESC e dos moradores locais.

Encontramos ainda a citação da palavra “associação”, onde moradores relatam a necessidade que tiveram de se unir formalmente para fortalecer a comunidade em busca dos seus direitos. *“Falaram numa reunião que ia ser parque, mas nós não tinha entendimento do que era parque. Aí criou associação e foram explicando as coisas para o presidente. Começamos a fazer nossa reunião.”* (Entrevistado-18). *“Quando teve o começo dessa fala eu estava nas Tesouras ainda. Aí foi que veio a história maior, que começou a ter visitas, dizer que o parque ia vim mesmo, começou a ter reunião.”* (Entrevistado-3).

Esse tipo de pensamento é uma ideia de coletividade, e a ideia de coletividade, estimulam uma maior participação dos atores sociais na tomada de decisão e é um elemento importante na abordagem dos territórios, pois o fortalecimento desses atores sociais, a valorização das potencialidades locais e a solidariedade são molas propulsoras para o desenvolvimento dos territórios (CAZELLA, 2008).

Fortalecer a comunidade por meio da associação foi o caminho percorrido pelas comunidades locais depois da chegada do parque, pois até então, ainda não essas pessoas tinham atentando para a importância política de uma associação. Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural, é um importante instrumento de luta dos pequenos

produtores, que tem um caráter emancipatório, na medida em que é capaz de promover a permanência na terra, melhoria do nível de renda e de participação como cidadãos.

Ao analisarmos os demais resultados promovidos pelo IRAMUTEQ, encontramos novamente o termo “gente” como segunda palavra mais falada nas respostas, dando origem a uma ilha lexical com muitas palavras que fazem referência ao modo como foram avisados sobre o decreto de criação da unidade e conseqüentemente sobre as desapropriações de suas terras, são elas: “avisar”, “chegar”, “reunião”, “passar”, “desapropriar” e “doutor”. (Entrevistado-17): *“Quando o parque chegou ficamos sabendo através dos órgãos principalmente de uma Doutora que foi lá e nós fomos avisados.”*. (Entrevistado-10): *Eu tava lá trabalhando mais meu irmão aí eles chegaram lá e falaram. A gente tamos aí pra avisar que vocês vão ter que sair daqui, pois isso aqui vai ser um parque.”*. Como também no discurso do Entrevistado-14 *“Foi o pessoal do parque que falou pra nós lá. Falou que ia desapropriar porque lá ia virar um criatório de bicho, ia lá avisa que ia ter reunião. Até quando chegou no dia de desapropriar a gente.”* (ENTREVISTADO-14).

Fica claro que o fato do decreto do parque ser anterior ao SNUC, possibilitou aos órgãos competentes que criassem a Unidade antes mesmo de comunicar aos moradores locais. Não havendo consulta pública, os moradores basicamente foram avisados em suas casas, ou receberam a notícia por terceiros e só posteriormente começaram a freqüentar reuniões promovidas pelo parque para negociar as terras.

Junto à notícia da desapropriação vieram então as restrições legais dos usos da terra e dos recursos florestais, representados na ilha lexical superior em cor azul e tendo como base a expressão “lá”, mais uma vez em referência às suas antigas propriedades. Dentro dela as palavras: “sair”, “depois”, “quando”, “começar”, “explicar”, “proibir”, “botar”, “roça” “Tesouras”. (Entrevistado-9): *Eles proibiram a gente de botar roça e nós passamos muito perrengue por isso lá. Aí a gente teve que parar. Ninguém cortou mais um pau;* (Entrevistado-11): *Quando teve o começo dessa fala eu estava nas Tesouras ainda. Aí foi que veio a história maior, que começou a ter visitas, dizer que o parque ia vim mesmo, começou a ter reunião”*.

Estes mesmos relatos englobam também as expressões com maior significância nas demais ilhas lexiais. A ilha “parque” como condutor central e a ilha que tem “saber e “ficar”, também representam os relatos referentes à abordagem do Estado para noticiar o decreto aos posseiros da área. (Entrevistado-15): *“Avisaram que não podia mais plantar e aí parou a vida de todo mundo. Ninguém botou mais roça aí foi uma fase mais difícil.”*

Diante dos discursos, nos chama à atenção o fato de alguns moradores não saberem sequer o que era um parque. Inclusive, mesmo depois de anos, alguns ainda parecem conceber o parque como algo preexistente, um fator geográfico. *“Eu nem sabia o que era um parque. Aí ficamos tudo desorientado. Sem plantar como é que a gente vai viver? Passou 8 anos assim, nessa coisa vai sair, não vai.”* (ENTREVISTADO-10). *“Disseram pra gente que ali ia ser parque, mas nem foi levado a sério, pois aqui não tem esse negócio de parque.”* (ENTREVISTADO-4)

Práticas como essa não são incomuns no Brasil, como relatam Dulce Whitaker e José Galézia Tundisi, sobre construções de barragens em tribos indígenas, onde sequer as comunidades sabiam que suas terras seriam inundadas para esses fins (WHITAKER & BEZZON, 2006).

O modelo de criação de Unidades de Conservação no Brasil baseada na concepção ambientalista tecnicista torna as populações invisíveis e indesejáveis ao poder público (ARRUDA, 1999).

Desse modo, é preciso ampliar o debate e efetivamente incluir as populações locais no contexto da criação de novas UCs, no sentido de preservar a dignidade humana

e evitar conflitos futuros. Inclusive torna-se importante incluir às comunidades em estratégias de manejo da conservação local, para que os grupos consigam alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento seguindo em conformidade com a preservação local (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

No que diz respeito aos sentimentos dos entrevistados com relação à notícia da chegada do PESC e ao fato de saberem que teriam suas terras desapropriadas, surge ainda na ilha lexical central as palavras “tristeza”, “sentir”, “medo” e “preocupado”. (Entrevistado-3): “*Senti muito medo e tristeza. Não sabia o que seria da vida da gente, e não queria sair do lugar que nasci.*”. (Entrevistado-12): “*Fiquei que era uma tristeza só. Um monte de filho pra criar, sem saber o que seria da vida e sem poder plantar pra alimentar eles.*” (Entrevistado-5): *Senti muita tristeza. Muita dor no peito e muita insegurança sem saber o que seria de nós.* (Entrevistado-16) “*Sentimos muita tristeza. Lá a gente não vivia em bolo. Cada um vivia no seu canto.*”. (Entrevistado-18): “*Foi um sentimento de muito medo e insegurança. As pessoas não imaginam o que é ficar sem saber o que vai ser da sua vida, do seu futuro, do futuro dos filhos.*” (Entrevistado-17).

Os discursos acima evidenciam o transtorno que a notícia das desapropriações causou aos moradores locais. O sentimento de medo, tristeza e insegurança revelam que a maneira como as medidas foram tomadas e falta de participação social dos atores diretamente atingidos, serviu como base para a geração de conflitos que duraram anos de suas vidas.

Infelizmente o caso do PESC não é um caso isolado. A criação de áreas protegidas historicamente tem dado margem a longos processos de formação e disseminação de conflitos, tanto pelo aspecto da restrição de acesso aos bens e serviços ambientais, como pela problemática gerada pela expulsão das populações locais, após o decreto de instituição das áreas (VIVACQUA & VIEIRA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das narrativas dos nossos entrevistados, podemos perceber que o marco de criação do PESC na região, foi um evento abrupto que pegou as pessoas de surpresa, causando nelas sentimentos de medo, tristeza, insegurança e ansiedade quanto ao futuro que as esperava. Entendemos que a falta de participação popular e a morosidade do Estado foram os agravantes para os sentimentos, disputas e conflitos em alguns casos prolongados até hoje, vinte anos depois da criação da UC.

As sanções impostas aos moradores durante o tempo de espera, além de aumentar os conflitos e as dificuldades financeiras, expôs os moradores à maior vulnerabilidade social. Entretanto, o grupo precisou encontrar saídas viáveis para a situação imposta e entendeu que a organização política poderia ser o caminho. Buscaram apoio fora e fortalecimento do grupo, assim, alguns tiveram acesso a novas terras em um assentamento e outros se mantêm resistindo no local.

A relação dos antigos moradores da área com PESC parece ter sido construída tendo como base o “não”, uma relação com alicerce na negação, na negação da vida anterior, na negação das suas atividades de sobrevivência e subsistência, na negação da cultura local e acima de tudo da negação da identidade de um povo.

No afã de regularizar a situação fundiária das UCs de Proteção Integral, tendo em vista a necessidade de retirar as pessoas da área, muitas vezes as autoridades responsáveis não consideram a importância da incorporação das comunidades no projeto de conservação (DIEGUES, 2001). No caso do PESC, acreditamos que a falta de consulta pública tenha aumentado ainda mais esse distanciamento entre os órgãos e as

comunidades locais, criando assim, uma relação constituída na negação de direitos, de cultura, de existência.

Dentro dessa perspectiva, observamos que, por se sentirem desprotegidos com as imposições do Estado, surgiu então a necessidade de fortalecimento do grupo, surgindo assim a Associação dos Moradores da Serra Azul e Tesouras.

Nesse sentido, por meio da memória coletiva dos grupos estudados podemos perceber o sentimento de pertença ao grupo e ao território, assim como os anos de conflitos e lutas, certamente foram fundamentais para os que se mantiveram no local e que o passar dos anos fortaleceu esse aspecto da identidade do grupo, bem como, foram fundamentais para os que tiveram que se unir num novo propósito que é a vida em assentamento.

A vida mudou para os que saíram e tiveram que se adaptar a novo estilo de vida, mas mudou também para quem ficou e perdeu a liberdade em seu território. Nesse sentido, acreditamos que a luta dos posseiros do PESC, que culminou num assentamento de reforma agrária do INCRA, representa um conquista importante diante dos anos de insegurança e sofrimento, entretanto este modelo de vida, foi uma única forma de sair com menos prejuízos e não uma busca em si.

Sendo assim, exigiu dos moradores uma nova dinâmica de apropriação do espaço e esta apropriação para se completar, dependerá de uma série de relações estabelecidas entre os sujeitos e esse território, recriando não só uma nova identidade social, uma nova identidade territorial.

Faltou agilidade e diálogo por parte dos órgãos envolvidos, sobrou descaso e autoritarismo, faltou participação popular e assistência social, sobraram sofrimentos e perdas.

Para além das perdas financeiras, a chegada do PESC na região, representou uma ruptura das comunidades com o ambiente e com suas práticas culturais.

Acreditamos que a participação efetiva dos moradores no processo de criação e gestão de UCs de Proteção Integral, ajude a promover não só a cidadania e o diálogo dos atores envolvidos, mas uma participação nas decisões a serem tomadas, não só uma participação restrita a informes de decisões previamente acertadas. De fato é preciso incluir todos os atores envolvidos no processo, de forma a fazer com que o envolvimento e a participação sejam colaboradores da preservação da unidade e da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, W.M. HUTTON, J. Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. *Conservation and Society*, p 147–183 Volume 5, Nº. 2, 2007.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5*. 79-92. 1999.

BARRETO, M. Parque Estadual Serra do Conduru: Histórico da Criação, Implementação e Conflitos Socioambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas. Serra Grande, Urucuá. 2015.

BOMBARDI, L.M . O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia, *AGRÁRIA*, nº 1, p. 55-95, 2004.

CALVIMONTES, J. FERREIRA, L.C. Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica de São Paulo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, p. 77-99, agosto 2016.

CAMARGO, B. V., JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ, Nouvelle version, 2016. Disponível em:< <http://www.iramuteq.org/>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

CAZELLA, A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial. *Revista redes*, v. 13, n. 1, 2008.

CERNEA, M.M. African Involuntary Population Resettlement in a Global Context. Social Policy and Resettlement Division. ESD- Environmentally Sustainable Developmet. 1997.

CORÁ, M,J,E. Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. *Revista NAU Social* - v.4, n.6, p. 120-132. 2013.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6, p. 9-25. 2003.

DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996. 169 p. DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec, ed 3, (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. p. 29- 69. 2001.

FLAMENT, C. L'analyse de similitude: Une technique pour les recherches sur les représentations sociales. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Orgs.). L'étude des représentations sociales, Neuchâtel, Delachaux et Niéstle, p.139-156, 1986.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R, L; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Editora da UERJ. Cap. 07, p. 169 a 189. 1999.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

JAPIASSÚ, H. MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 163-241.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 232 p. 2000.

LE GOFF, J. História. In: LE GOFF, J. História e Memória. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP. p. 1-171, 2003.

MARCHAND, P; RATINAUD, P. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux” : analyse du “CableGate” avec IraMuTeQ. In:

11^o Journées Internationales d'analyse statistique des données textuelles, Liège, Belgique, 2012. Disponível em: < <http://www.jadt2012.ulg.ac.be/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MCELWEE, P.D. Displacement and Relocation Redux: Stories from Southeast Asia. *Conservation and Society*, Volume 4, Nº 3 p. 396–403. 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORIGI, V.J. LAROQUE,L,F. MAGALHÃES,N,M,E. GOMES,C,R,A,S. BARDEN,J,E. Memória, representações sociais e cultura imaterial. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 09, número 14, 2012* .

PEREIRA, C. A análise de dados nas representações sociais. *Análise Psicológica* , v 1. p. 49-62. 1997.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Londrina, Gráfica Editora Midiograf, 2001.

RANGARAJAN, M. SHAHABUDDIN. G. Displacement and Relocation from Protected Areas: Towards a Biological and Historical Synthesis *Conservation and Society*, Pages 359–378 Volume 4, Nº. 3, 2006.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. *Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: LTr, 2000.

SAUTHIER, A,A. Liberdade e compromisso : “O Tempo e o Vento” de Erico Verissimo [recurso eletrônico] / Ademar Agostinho Sauthier – Porto Alegre : EDIPUCRS, p. 228, 2008.

SCHMIDT-SOLTAU, K. Conservation-related resettlement in central Africa: Environmental and social risks. *Development and Change* 34(3). p,525–551. 2003.

SELLTIZ, C. JAHODA. M. DEUTSCH, M. COOKET. S.M. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SILVEIRA, E,S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 12, p. 35-44. 2007.

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, p,32. 2000.

VIVACQUA, M. VIEIRA, P.F. *Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação*. Política & Sociedade. Nº 7. 2007.

WHITAKER, D.C.A. BEZZON, L.A.C. *A cultura e o ecossistema: reflexões a partir de um diálogo*. Ed Alinea. Campinas, São Paulo. 88 p. 2006.